



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01 ,
13 DE FEVEREIRO DE 2015 .
Processo nº: 25100.018.635/2014-70

1. OBJETO

Estudos para concepção, formulação e gestão do Programa Nacional de Saneamento Rural

2. – OBJETIVOS:

Desenvolvimento de estudos relacionados ao panorama do saneamento rural no Brasil, visando à formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural e sua gestão no nível do Governo Federal

- Desenvolver estudos visando caracterizar as particularidades das áreas rurais brasileiras, no que se refere à implementação de intervenções em saneamento básico e a correspondente gestão.
- Avaliar a atual situação do saneamento rural no país, bem como o histórico de iniciativas governamentais nesse campo.
- Desenvolver estudos prospectivos sobre a futura situação da área, inclusive com cenários para a implementação do Programa.
- Desenvolver diretrizes e metas para o saneamento rural brasileiro.
- Estimar os investimentos necessários.
- Desenvolver formulações relativas à gestão do Programa no âmbito do governo federal e sua correspondência estadual e municipal.

3. UG/GESTÃO-REPASSADORA E UG/GESTÃO-RECEBEDORA

3.1 - UG/Gestão repassadora:

Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA

UG: 255000 **Gestão:** 36211 **CNPJ:** 26.989.350/0001-16

Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70-070-040

Nome do responsável: Antônio Henrique de Carvalho Pires **CPF:** 767.810.894-04

RG/Órgão expedidor: 2951610 – SSP/PI **Cargo/Função:** Presidente

Ato ou decreto de nomeação / data: Portaria nº 300, de 17 de abril de 2014, publicada no DOU nº 75, de 22/04/2014, página 1.

3.2 - UG/Gestão Recebedora

Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

UG: 153062 **Gestão:** 15229 **CNPJ:** 17.217.985/0001-04

Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627, Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG
CEP: 31270-901

Nome do responsável: Professor Jaime Arturo Ramirez **CPF:** 554.155.556-68

RG/Órgão expedidor: M2-954941 SSP/MG **Cargo/Função:** Reitor

Ato ou decreto de nomeação / data: Decreto de 31 de janeiro de 2014, publicado no DOU nº 23, de 03/02/2014, Seção 2, página 1.

4. JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Pesquisa, apresentado pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental à FUNASA-MS, refere-se à concepção e formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR, um dos três programas previstos no Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico, publicado em dezembro/2013. Na descrição a seguir, são apresentados os princípios gerais segundo os quais a equipe proponente planeja o desenvolvimento do trabalho.

Mediante seleção por meio da Chamada Pública MCidades/SNSA nº. 01/2009, as universidades UFMG, UFRJ e UFBA, sob a coordenação da primeira, elaboraram o Panorama do Saneamento Básico no Brasil, como etapa do processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. O estudo foi composto por partes distintas, porém complementares: (a) Parte I -Diagnóstico analítico da situação do saneamento básico no País, nos seus quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas), com base em dados secundários e estudos disponíveis; (b) Parte II - 'Cadernos Temáticos', para o aprofundamento conceitual em assuntos de relevante interesse para as definições do Plansab; (c) Parte III - a formulação de 'Visão Estratégica' para a política pública de saneamento básico no País e condições a serem enfrentados para o seu alcance. Integra ainda o estudo a Versão Preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme previsto no Termo de Referência da mencionada Chamada Pública. Portanto, o Panorama do Saneamento Básico no Brasil pode ser entendido como sendo o principal subsídio teórico-metodológico para a sociedade e o governo federal na elaboração da versão consolidada do Plansab.

O Panorama do Saneamento Básico no Brasil encontra-se disponibilizado para acesso na página eletrônica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Compõe-se de sete volumes: Elementos conceituais para o saneamento básico; Análise situacional do déficit em saneamento básico; Análise situacional dos programas e ações federais; Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico; Investimentos em saneamento básico: análise histórica e estimativa de necessidades; Visão estratégica para o futuro do saneamento básico no Brasil; Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil.

A versão preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB foi submetida a consulta pública, e a UFMG e a UFRJ foram convidadas a oferecer o apoio ao Ministério das Cidades no acompanhamento da consulta, especialmente com a finalidade de subsidiar a elaboração do Versão Final do Plano de Saneamento Básico – Plansab. Constou essa etapa da análise, com as devidas justificativas, da incorporação, ou não, das contribuições recebidas durante a Consulta Pública, culminando numa versão que foi submetida à apreciação pelos Conselhos Nacionais de Recursos Hídricos, de Meio Ambiente, da Saúde e das Cidades.

O referido Plano, aprovado por meio da Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013, contém, entre outros elementos, os objetivos e metas nacionais e regionais, de curto, médio e longo prazo, voltados para a universalização dos serviços de saneamento básico, assim como a proposta de programas para o alcance dos objetivos e metas da política federal de saneamento básico, inclusive com a identificação das fontes de financiamento.

Destaca-se que o Plansab determina a elaboração de três programas para a implementação da Política Federal de Saneamento Básico, quais sejam: Saneamento Básico Integrado, Saneamento Rural e Saneamento Estruturante. Determina ainda que a elaboração do Programa de Saneamento Rural ficará a cargo do Ministério da Saúde. Assim como o Plansab, a estrutura do Programa prevê a contextualização e a análise situacional do saneamento rural no Brasil.

O PNSR terá como propósito definir as diretrizes gerais e as estratégias para a execução das ações de saneamento básico em áreas rurais, objetivando universalização do acesso, mediante estratégias que garantam a equidade, integralidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade dos serviços públicos implantados e a participação social das comunidades rurais.

Para a condução do processo de formulação do PNSR, a Fundação Nacional de Saúde / Funasa dependerá do aprofundamento e ampliação de estudos que investiguem o panorama do saneamento rural no Brasil, composto pela análise situacional do saneamento rural, e que estabeleçam as macrodiretrizes e estratégias, as metas de curto, médio e longo prazos, as necessidades de investimentos em um horizonte de 20 anos e os programas e ações, implementados em consonância com o referencial do Plansab.

Ressalta-se que o PNSR terá sua abrangência em todos os níveis de governo, exigindo, para isso, articulação com os diferentes agentes institucionais e com a comunidade, para que as ações integradas sejam implementadas de forma efetiva e assegurem que os setores assumam suas responsabilidades atuando sobre os problemas de saúde e saneamento em áreas rurais.

4.1 MÉTODOS

Os estudos serão conduzidos e coordenados pelo Departamento de Engenharia Sanitária da UFMG. O planejamento para o desenvolvimento dos trabalhos envolve as seguintes atividades:

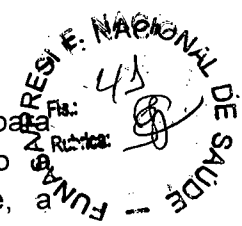
• Desenvolvimento conceitual sobre o saneamento nas áreas rurais

Essa fase constará de uma análise aprofundada do conceito de ruralidade, à luz das especificidades da área de saneamento básico. Para tanto, será realizada revisão da literatura nacional e internacional que conceitua a natureza da distinção urbano-rural, e também a categoria “intermediário” presente em algumas abordagens, e as diversas interpretações decorrentes. Pretende-se aportar diferentes “leituras” disciplinares ao tema, pelo menos a partir da antropologia, da geografia e da demografia, para se definirem diferentes alternativas para a definição dos territórios a serem abrangidos pelo PNSR e cenários para o recorte a ser adotado. Tal esforço será alimentado por trabalhos de campo, em que serão visitadas áreas rurais com diferentes tipologias e em diferentes macrorregiões do país, em uma amostragem estrategicamente estabelecida. Em uma primeira estimativa, prevê-se trabalhos de campo em 15 diferentes comunidades rurais, três por macrorregião. Em seguida, serão definidas tipologias de ocupação rural, que orientarão as etapas seguintes.

• Análise situacional

Será subdividida em dois eixos, que serão analisados em perspectiva histórica, envolvendo escala temporal a mais ampla possível, na medida da disponibilidade de dados. São eles a caracterização do déficit em saneamento básico nas áreas rurais e a avaliação político institucional, incluindo o delineamento dos programas e ações e seus respectivos investimentos. Para o desenvolvimento da análise situacional, pretende-se utilizar ferramentas oriundas das metodologias quanti e qualitativas, a fim de compor um panorama consistente da situação do saneamento rural no País.

A caracterização do déficit será fomentada por dados secundários provenientes dos Censos Demográficos (IBGE 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), que possuem, em grande medida, informações do universo, e da PNAD de 2013 (IBGE 2014), que foi alvo de mudanças em sua metodologia, passando a apresentar uma amostra que permite avaliar com mais exatidão a situação nas áreas rurais do País. Essa análise poderá aportar elementos complementares para a discussão envolvendo o



desenvolvimento conceitual sobre o saneamento nas áreas rurais. Além disso, subsidiarão a caracterização do déficit, os mencionados trabalhos de campo. Nestes, serão identificadas situações e padrões tecnológicos que refletem as diversas tipologias definidas. Serão obtidos dados qualitativos (observação e entrevistas) e quantitativos (survey), que serão analisados por meio de técnicas específicas de análise, a fim de comporem o diagnóstico do déficit.

A análise político-institucional envolverá a caracterização da dimensão da gestão do saneamento nas áreas rurais do País, bem como dos programas e ações e a identificação de investimentos. Os dados que subsidiarão tal análise serão buscados em documentos, estudos prévios e diretamente em campo, por meio de entrevistas, visando à composição de panoramas de planejamento específico para o saneamento rural, em suas diferentes nuances, seus objetivos, diretrizes e metas e suas principais fontes de financiamento, segundo suas fontes financeiras.

• Estabelecimento de diretrizes

Nesta etapa, serão desenvolvidas diretrizes segundo os três eixos analíticos, conforme se segue:

- Eixo tecnológico: para cada um dos quatro componentes do saneamento básico, será realizada uma ampla discussão das técnicas disponíveis, suas aplicações e limitações, considerando a realidade das áreas rurais brasileiras caracterizadas na Análise Situacional. Tal análise levará em conta a tipologia estabelecida na etapa inicial e, além disso, procurará propor um diagrama de aplicação das técnicas segundo as características demográficas, socioeconômicas, gerenciais e ambientais dos territórios.

- Eixo gestão: considerando a realidade das áreas rurais, mostrada na Análise Situacional, especialmente no que se refere aos modelos de gestão vigentes, suas potencialidades e fragilidades, serão desenvolvidas diretrizes para modelos de gestão que poderão ser estimulados para as diferentes tipologias e soluções técnicas a serem adotadas nos diversos territórios. Este tema deverá receber atenção prioritária da equipe, considerando a centralidade da gestão para assegurar a perenidade das intervenções em saneamento básico, fato já evidenciado por diferentes experiências no país.

- Eixo Educação e Participação Social: neste eixo, serão desenvolvidas orientações sobre os processos participativos e educacionais que deverão acompanhar o processo de implementação do PNSR, com base nas formulações das etapas anteriores.

• Proposição de metas

Tendo em vista as metas para as áreas rurais estabelecidas pelo Plansab, estas serão validadas, confirmadas ou atualizadas. Em seguida, metas mais detalhadas serão desdobradas das metas mais gerais, com base em metodologia própria, que poderá envolver a técnica da pesquisa Delphi, adotada no Plansab.

• Estimativa de investimentos

Nesta etapa pretende-se dimensionar o montante de investimentos necessários para se elevar significativamente o nível do atendimento por abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, a destinação final dos resíduos sólidos domésticos e a implantação e manutenção da drenagem pluvial em um horizonte pré-definido e segundo as metas estabelecidas, que pressupõem o aporte de investimentos, por sua vez, condicionados pela situação esperada no País no que diz respeito ao crescimento econômico e à redução do quadro de desigualdades sociais. Seguindo lógica semelhante à do Plansab, os investimentos serão em ações voltadas para a expansão dos sistemas e reposição das instalações.

A definição dos parâmetros que irão compor os modelos de projeção do estudo de necessidades de investimentos terá como premissas básicas a caracterização da demanda por componente do saneamento básico, conforme diferentes recortes estabelecidos, e da oferta desses serviços no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvida análise da demanda futura e identificadas as necessidades de investimentos em ações estruturais e estruturantes, visando ao atendimento das metas. Além disso, com base nas diretrizes estabelecidas para o eixo tecnológico, serão definidas a infraestrutura requerida pelos domicílios, conforme especificidades regionais, culturais e socioeconômicas.

• Gestão do programa

Após formulado o PNSR, serão desenvolvidas orientações para a condução do Programa pelo governo federal e sua articulação com os níveis estaduais e municipais. Assim, serão propostas formas de implementação, de financiamento, de monitoramento de seu andamento e de avaliação das ações. Além disso, a participação das diversas instâncias federais e sua coordenação, bem como a forma de envolvimento de estados e municípios serão também tratados.

• Oficinas e Seminário Nacional

Considerando a necessidade de garantia da participação efetiva dos órgãos governamentais e da sociedade civil nas diferentes etapas do processo, bem como as peculiaridades regionais, serão realizadas em princípio um conjunto de cinco oficinas regionais, tendo como referência as macrorregiões do país. Cada oficina terá duração aproximada de dois dias e o público-alvo será composto por representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), gestores públicos, prestadores de serviços, profissionais, acadêmicos e representantes de movimentos sociais vinculados a ações voltadas para as populações rurais.

O Seminário Nacional ocorrerá ao final dos trabalhos, para discussão e validação do documento preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural.

4.2 Cronograma:

Para o desenvolvimento das atividades descritas neste Plano de Trabalho, prevê-se um prazo global de 18 (dezoito) meses, conforme o cronograma a seguir.

4.3 APRESENTAÇÃO DE PRODUTOS PARCIAIS E FINAL:

Serão apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Documento contendo a análise da situação de Saneamento Rural no Brasil, incluindo a discussão teórica sobre o conceito de área rural e caracterização de áreas especiais (áreas indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, dentre outras), além das particularidades do atendimento rural no país;
- 2 - Documento contendo as propostas de diretrizes para o PNSR com destaques para os três eixos: Tecnologia; Gestão e Educação e Participação Social;
- 3 – Documento contendo proposta de metas de curto, médio e longo prazos para o saneamento rural, considerando as especificidades das diferentes tipologias de áreas rurais;
- 4 – Documento contendo o detalhamento dos investimentos necessários, por região geográfica e Unidades da Federação, para atendimento das metas estabelecidas para o saneamento rural em 20 anos;
- 5 - Documento contendo proposta de gestão do PNSR (forma de implementação, monitoramento e avaliação das ações);
- 6 – Versão Final – Desenvolvimento do documento final da proposta para o PNSR.

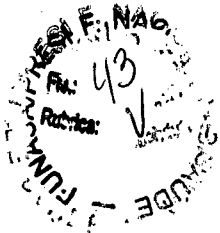
5. RELAÇÃO ENTRE AS PARTES:

5.1 - Compete a Funasa:

- Quanto às oficinas e ao seminário, caberá: as ações de mobilização e comunicação para a realização dos eventos; a disponibilização de auditório com estrutura para no mínimo 100 pessoas (em cada oficina); providenciar os materiais necessários à realização das oficinas (pastas, blocos de anotações, canetas, etc.); providenciar passagens e diárias para os servidores da Funasa e, quando cabível, de representantes dos movimentos sociais e demais convidados;
- Instituir, por meio de Portaria, um Comitê de Coordenação do Projeto com a responsabilidade de acompanhar a execução do objeto, analisar e aprovar os produtos apresentados, além de nomear responsável pela interlocução com a UFMG;
- A Funasa deverá realizar a análise e aprovação técnica de cada marco em até 15 dias úteis após a entrega dos respectivos produtos;
- O Comitê de Coordenação do Projeto da Funasa se reunirá periodicamente com a equipe da UFMG e avaliará o processo e desenvolvimento dos trabalhos.

5.2 - Compete a Universidade Federal de Minas Gerais:

- Assessorar a Funasa na definição da programação, metodologia e desenvolvimento das oficinas e seminários, bem como se responsabilizar pela relatoria e consolidação das contribuições;
- Providenciar, com recursos provenientes do Termo de Execução Descentralizada, passagens e diárias para os membros da equipe de trabalho;
- Planejar, coordenar e executar em articulação com a FUNASA, as ações do referido Projeto;
- Apresentar os produtos ao comitê nos períodos estabelecidos como marcos, apresentados no cronograma físico da pesquisa, para que a Funasa possa verificar o



andamento dos estudos e aprovar os produtos para liberação das parcelas financeiras seguintes;

- Manter a Funasa constantemente informada sobre o andamento dos trabalhos relativos a este Termo, por meio de reuniões presenciais, conferências eletrônicas, mensagens eletrônicas e a telefonia.

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Os custos necessários para a elaboração dos trabalhos são sintetizados, segundo as rubricas próprias, no quadro abaixo:

6.1 - Plano de Aplicação:

Programa de trabalho /Projeto/Atividade	Fonte	Valor - R\$
10.512.2068.20AG.0001	151	R\$ 1.293.492,92
TOTAL		R\$ 1.293.492,92

6.2 - Memória de Cálculo:

Detalhamento do Orçamento por Rubrica		
Descrição	Natureza da Despesa	Valor - R\$
Material de consumo	33.90.30	9.400,00
Passagens	33.90.33	162.120,00
Diárias	33.90.14	109.032,00
Bolsa para pesquisadores	33.90.20	415.116,28
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.90.36	363.750,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39	134.200,00
Administração do projeto	33.90.39	64.674,64
Material permanente	44.90.52	35.200,00
Total		R\$ 1.293.492,92

6.3 - Cronograma de Desembolso:

Nº da Parcela	Mês da liberação	Valor - R\$ / %	Período de Execução
Primeira	Mês 01.	R\$ 776.095,75 (60%)	8 meses
Segunda	Mês 09	R\$ 258.698,58 (20%)	4 meses
Terceira	Mês 13	R\$ 258.698,59 (20%)	6 meses
Total		R\$ 1.293.492,92 (100%)	18 meses

5198.874,64
ND 413

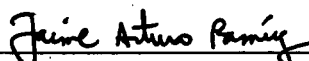
7. VIGÊNCIA

O período de vigência do presente Termo será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante assinatura de Termo Aditivo Simplificado.

8. DATA E ASSINATURAS

8.1 - Proposta – Gestão Receptora:

Belo Horizonte, 13 / 02 / 2015



Jaime Arturo Ramirez

Reitor

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

8.2 - Aprovação – Gestão Repassadora:

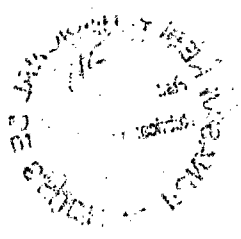
Brasília/DF, 13 / 02 / 2015



Antonio Henrique de Carvalho Pires

Presidente

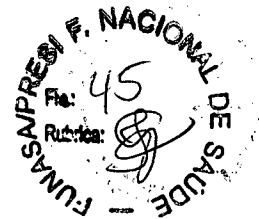
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA



ESP BRANCO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01
13 DE FEVEREIRO DE 2015
Processo nº: 25100.018.635/2014-70

1. OBJETO

Estudos para concepção, formulação e gestão do Programa Nacional de Saneamento Rural

2. – OBJETIVOS:

Desenvolvimento de estudos relacionados ao panorama do saneamento rural no Brasil, visando à formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural e sua gestão no nível do Governo Federal

- Desenvolver estudos visando caracterizar as particularidades das áreas rurais brasileiras, no que se refere à implementação de intervenções em saneamento básico e a correspondente gestão.
- Avaliar a atual situação do saneamento rural no país, bem como o histórico de iniciativas governamentais nesse campo.
- Desenvolver estudos prospectivos sobre a futura situação da área, inclusive com cenários para a implementação do Programa.
- Desenvolver diretrizes e metas para o saneamento rural brasileiro.
- Estimar os investimentos necessários.
- Desenvolver formulações relativas à gestão do Programa no âmbito do governo federal e sua correspondência estadual e municipal.

3. UG/GESTÃO-REPASSADORA E UG/GESTÃO-RECEBEDORA

3.1 - UG/Gestão repassadora:

Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA

UG: 255000 **Gestão:** 36211 **CNPJ:** 26.989.350/0001-16

Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70-070-040

Nome do responsável: Antônio Henrique de Carvalho Pires **CPF:** 767.810.894-04

RG/Órgão expedidor: 2951610 – SSP/PI **Cargo/Função:** Presidente

Ato ou decreto de nomeação / data: Portaria nº 300, de 17 de abril de 2014, publicada no DOU nº 75, de 22/04/2014, página 1.

3.2 - UG/Gestão Recebedora

Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

UG: 153062 **Gestão:** 15229 **CNPJ:** 17.217.985/0001-04

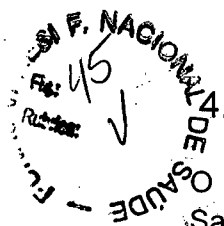
Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627, Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG

CEP: 31270-901

Nome do responsável: Professor Jaime Arturo Ramírez **CPF:** 554.155.556-68

RG/Órgão expedidor: M2-954941 SSP/MG **Cargo/Função:** Reitor

Ato ou decreto de nomeação / data: Decreto de 31 de janeiro de 2014, publicado no DOU nº 23, de 03/02/2014, Seção 2, página 1.



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Pesquisa, apresentado pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental à FUNASA-MS, refere-se à concepção e formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR, um dos três programas previstos no Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico, publicado em dezembro/2013. Na descrição a seguir, são apresentados os princípios gerais segundo os quais a equipe proponente planeja o desenvolvimento do trabalho.

Mediante seleção por meio da Chamada Pública MCidades/SNSA nº. 01/2009, as universidades UFMG, UFRJ e UFBA, sob a coordenação da primeira, elaboraram o Panorama do Saneamento Básico no Brasil, como etapa do processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. O estudo foi composto por partes distintas, porém complementares: (a) Parte I -Diagnóstico analítico da situação do saneamento básico no País, nos seus quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas), com base em dados secundários e estudos disponíveis; (b) Parte II - 'Cadernos Temáticos', para o aprofundamento conceitual em assuntos de relevante interesse para as definições do Plansab; (c) Parte III - a formulação de 'Visão Estratégica' para a política pública de saneamento básico no País e condições a serem enfrentados para o seu alcance. Integra ainda o estudo a Versão Preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme previsto no Termo de Referência da mencionada Chamada Pública. Portanto, o Panorama do Saneamento Básico no Brasil pode ser entendido como sendo o principal subsídio teórico-metodológico para a sociedade e o governo federal na elaboração da versão consolidada do Plansab.

O Panorama do Saneamento Básico no Brasil encontra-se disponibilizado para acesso na página eletrônica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Compõe-se de sete volumes: Elementos conceituais para o saneamento básico; Análise situacional do déficit em saneamento básico; Análise situacional dos programas e ações federais; Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico; Investimentos em saneamento básico: análise histórica e estimativa de necessidades; Visão estratégica para o futuro do saneamento básico no Brasil; Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil.

A versão preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB foi submetida a consulta pública, e a UFMG e a UFRJ foram convidadas a oferecer o apoio ao Ministério das Cidades no acompanhamento da consulta, especialmente com a finalidade de subsidiar a elaboração do Versão Final do Plano de Saneamento Básico – Plansab. Constou essa etapa da análise, com as devidas justificativas, da incorporação, ou não, das contribuições recebidas durante a Consulta Pública, culminando numa versão que foi submetida à apreciação pelos Conselhos Nacionais de Recursos Hídricos, de Meio Ambiente, da Saúde e das Cidades.

O referido Plano, aprovado por meio da Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013, contém, entre outros elementos, os objetivos e metas nacionais e regionais, de curto, médio e longo prazo, voltados para a universalização dos serviços de saneamento básico, assim como a proposta de programas para o alcance dos objetivos e metas da política federal de saneamento básico, inclusive com a identificação das fontes de financiamento.

Destaca-se que o Plansab determina a elaboração de três programas para a implementação da Política Federal de Saneamento Básico, quais sejam: Saneamento Básico Integrado, Saneamento Rural e Saneamento Estruturante. Determina ainda que a elaboração do Programa de Saneamento Rural ficará a cargo do Ministério da Saúde. Assim como o Plansab, a estrutura do Programa prevê a contextualização e a análise situacional do saneamento rural no Brasil.

O PNSR terá como propósito definir as diretrizes gerais e as estratégias para execução das ações de saneamento básico em áreas rurais, objetivando a universalização do acesso, mediante estratégias que garantam a equidade, a integralidade, a intersectorialidade, a sustentabilidade dos serviços públicos implantados e a participação social das comunidades rurais.

Para a condução do processo de formulação do PNSR, a Fundação Nacional de Saúde / Funasa dependerá do aprofundamento e ampliação de estudos que investiguem o panorama do saneamento rural no Brasil, composto pela análise situacional do saneamento rural, e que estabeleçam as macrodiretrizes e estratégias, as metas de curto, médio e longo prazos, as necessidades de investimentos em um horizonte de 20 anos e os programas e ações, implementados em consonância com o referencial do Plansab.

Ressalta-se que o PNSR terá sua abrangência em todos os níveis de governo, exigindo, para isso, articulação com os diferentes agentes institucionais e com a comunidade, para que as ações integradas sejam implementadas de forma efetiva e assegurem que os setores assumam suas responsabilidades atuando sobre os problemas de saúde e saneamento em áreas rurais.

4.1 MÉTODOS

Os estudos serão conduzidos e coordenados pelo Departamento de Engenharia Sanitária da UFMG. O planejamento para o desenvolvimento dos trabalhos envolve as seguintes atividades:

• Desenvolvimento conceitual sobre o saneamento nas áreas rurais

Essa fase constará de uma análise aprofundada do conceito de ruralidade, à luz das especificidades da área de saneamento básico. Para tanto, será realizada revisão da literatura nacional e internacional que conceitua a natureza da distinção urbano-rural, e também a categoria "intermediário" presente em algumas abordagens, e as diversas interpretações decorrentes. Pretende-se aportar diferentes "leituras" disciplinares ao tema, pelo menos a partir da antropologia, da geografia e da demografia, para se definirem diferentes alternativas para a definição dos territórios a serem abrangidos pelo PNSR e cenários para o recorte a ser adotado. Tal esforço será alimentado por trabalhos de campo, em que serão visitadas áreas rurais com diferentes tipologias e em diferentes macrorregiões do país, em uma amostragem estrategicamente estabelecida. Em uma primeira estimativa, prevê-se trabalhos de campo em 15 diferentes comunidades rurais, três por macrorregião. Em seguida, serão definidas tipologias de ocupação rural, que orientarão as etapas seguintes.

• Análise situacional

Será subdividida em dois eixos, que serão analisados em perspectiva histórica, envolvendo escala temporal a mais ampla possível, na medida da disponibilidade de dados. São eles a caracterização do déficit em saneamento básico nas áreas rurais e a avaliação político institucional, incluindo o delineamento dos programas e ações e seus respectivos investimentos. Para o desenvolvimento da análise situacional, pretende-se utilizar ferramentas oriundas das metodologias quanti e qualitativas, a fim de compor um panorama consistente da situação do saneamento rural no País.

A caracterização do déficit será fomentada por dados secundários provenientes dos Censos Demográficos (IBGE 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), que possuem, em grande medida, informações do universo, e da PNAD de 2013 (IBGE 2014), que foi alvo de mudanças em sua metodologia, passando a apresentar uma amostra que permite avaliar com mais exatidão a situação nas áreas rurais do País. Essa análise poderá aportar elementos complementares para a discussão, envolvendo o

FUNSAIPRESI F. NAC
R. 46
R. 12

desenvolvimento conceitual sobre o saneamento nas áreas rurais. Além disso, subsidiarão a caracterização do déficit, os mencionados trabalhos de campo. Nestes, serão identificadas situações e padrões tecnológicos que refletem as diversas tipologias definidas. Serão obtidos dados qualitativos (observação e entrevistas) e quantitativos (survey), que serão analisados por meio de técnicas específicas de análise, a fim de comporem o diagnóstico do déficit.

A análise político-institucional envolverá a caracterização da dimensão da gestão do saneamento nas áreas rurais do País, bem como dos programas e ações e a identificação de investimentos. Os dados que subsidiarão tal análise serão buscados em documentos, estudos prévios e diretamente em campo, por meio de entrevistas, visando à composição de panoramas de planejamento específico para o saneamento rural, em suas diferentes nuances, seus objetivos, diretrizes e metas e suas principais fontes de financiamento, segundo suas fontes financeiras.

• Estabelecimento de diretrizes

Nesta etapa, serão desenvolvidas diretrizes segundo os três eixos analíticos, conforme se segue:

- Eixo tecnológico: para cada um dos quatro componentes do saneamento básico, será realizada uma ampla discussão das técnicas disponíveis, suas aplicações e limitações, considerando a realidade das áreas rurais brasileiras caracterizadas na Análise Situacional. Tal análise levará em conta a tipologia estabelecida na etapa inicial e, além disso, procurará propor um diagrama de aplicação das técnicas segundo as características demográficas, socioeconômicas, gerenciais e ambientais dos territórios.

- Eixo gestão: considerando a realidade das áreas rurais, mostrada na Análise Situacional, especialmente no que se refere aos modelos de gestão vigentes, suas potencialidades e fragilidades, serão desenvolvidas diretrizes para modelos de gestão que poderão ser estimulados para as diferentes tipologias e soluções técnicas a serem adotadas nos diversos territórios. Este tema deverá receber atenção prioritária da equipe, considerando a centralidade da gestão para assegurar a perenidade das intervenções em saneamento básico, fato já evidenciado por diferentes experiências no país.

- Eixo Educação e Participação Social: neste eixo, serão desenvolvidas orientações sobre os processos participativos e educacionais que deverão acompanhar o processo de implementação do PNSR, com base nas formulações das etapas anteriores.

• Proposição de metas

Tendo em vista as metas para as áreas rurais estabelecidas pelo Plansab, estas serão validadas, confirmadas ou atualizadas. Em seguida, metas mais detalhadas serão desdobradas das metas mais gerais, com base em metodologia própria, que poderá envolver a técnica da pesquisa Delphi, adotada no Plansab.

• Estimativa de investimentos

Nesta etapa pretende-se dimensionar o montante de investimentos necessários para se elevar significativamente o nível do atendimento por abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, a destinação final dos resíduos sólidos domésticos e a implantação e manutenção da drenagem pluvial em um horizonte pré-definido e segundo as metas estabelecidas, que pressupõem o aporte de investimentos, por sua vez, condicionados pela situação esperada no País no que diz respeito ao crescimento econômico e à redução do quadro de desigualdades sociais. Seguindo lógica semelhante à do Plansab, os investimentos serão em ações voltadas para a expansão dos sistemas e reposição das instalações.

A definição dos parâmetros que irão compor os modelos de projeção do estudo de necessidades de investimentos terá como premissas básicas a caracterização da demanda por componente do saneamento básico, conforme diferentes recortes estabelecidos, e da oferta desses serviços no Brasil, a fim de que possa ser desenvolvida análise da demanda futura e identificadas as necessidades de investimentos em ações estruturais e estruturantes, visando ao atendimento das metas. Além disso, com base nas diretrizes estabelecidas para o eixo tecnológico, serão definidas a infraestrutura requerida pelos domicílios, conforme especificidades regionais, culturais e socioeconômicas.



• Gestão do programa

Após formulado o PNSR, serão desenvolvidas orientações para a condução do Programa pelo governo federal e sua articulação com os níveis estaduais e municipais. Assim, serão propostas formas de implementação, de financiamento, de monitoramento de seu andamento e de avaliação das ações. Além disso, a participação das diversas instâncias federais e sua coordenação, bem como a forma de envolvimento de estados e municípios serão também tratados.

• Oficinas e Seminário Nacional

Considerando a necessidade de garantia da participação efetiva dos órgãos governamentais e da sociedade civil nas diferentes etapas do processo, bem como as peculiaridades regionais, serão realizadas em princípio um conjunto de cinco oficinas regionais, tendo como referência as macrorregiões do país. Cada oficina terá duração aproximada de dois dias e o público-alvo será composto por representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), gestores públicos, prestadores de serviços, profissionais, acadêmicos e representantes de movimentos sociais vinculados a ações voltadas para as populações rurais.

O Seminário Nacional ocorrerá ao final dos trabalhos, para discussão e validação do documento preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural.

4.2 Cronograma:

Para o desenvolvimento das atividades descritas neste Plano de Trabalho, prevê-se um prazo global de 18 (dezoito) meses, conforme o cronograma a seguir:

4.3 APRESENTAÇÃO DE PRODUTOS PARCIAIS E FINAL:

Serão apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Documento contendo a análise da situação de Saneamento Rural no Brasil, incluindo a discussão teórica sobre o conceito de área rural e caracterização de áreas especiais (áreas indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, dentre outras), além das particularidades do atendimento rural no país;
- 2 - Documento contendo as propostas de diretrizes para o PNSR com destaques para os três eixos: Tecnologia; Gestão e Educação e Participação Social;
- 3 – Documento contendo proposta de metas de curto, médio e longo prazos para o saneamento rural, considerando as especificidades das diferentes tipologias de áreas rurais;
- 4 – Documento contendo o detalhamento dos investimentos necessários, por região geográfica e Unidades da Federação, para atendimento das metas estabelecidas para o saneamento rural em 20 anos;
- 5 - Documento contendo proposta de gestão do PNSR (forma de implementação, monitoramento e avaliação das ações);
- 6 – Versão Final – Desenvolvimento do documento final da proposta para o PNSR.

5. RELAÇÃO ENTRE AS PARTES:

5.1 - Compete a Funasa:

- Quanto às oficinas e ao seminário, caberá: as ações de mobilização e comunicação para a realização dos eventos; a disponibilização de auditório com estrutura para no mínimo 100 pessoas (em cada oficina); providenciar os materiais necessários à realização das oficinas (pastas, blocos de anotações, canetas, etc.); providenciar passagens e diárias para os servidores da Funasa e, quando cabível, de representantes dos movimentos sociais e demais convidados;
- Instituir, por meio de Portaria, um Comitê de Coordenação do Projeto com a responsabilidade de acompanhar a execução do objeto, analisar e aprovar os produtos apresentados, além de nomear responsável pela interlocução com a UFMG;
- A Funasa deverá realizar a análise e aprovação técnica de cada marco em até 15 dias úteis após a entrega dos respectivos produtos;
- O Comitê de Coordenação do Projeto da Funasa se reunirá periodicamente com a equipe da UFMG e avaliará o processo e desenvolvimento dos trabalhos.

5.2 - Compete a Universidade Federal de Minas Gerais:

- Assessorar a Funasa na definição da programação, metodologia e desenvolvimento das oficinas e seminários, bem como se responsabilizar pela relatoria e consolidação das contribuições;
- Providenciar, com recursos provenientes do Termo de Execução Descentralizada, passagens e diárias para os membros da equipe de trabalho;
- Planejar, coordenar e executar em articulação com a FUNASA, as ações do referido Projeto;
- Apresentar os produtos ao comitê nos períodos estabelecidos como marcos, apresentados no cronograma físico da pesquisa, para que a Funasa possa verificar o



andamento dos estudos e aprovar os produtos para liberação das parcelas financeiras seguintes;

- Manter a Funasa constantemente informada sobre o andamento dos trabalhos relativos a este Termo, por meio de reuniões presenciais, conferências eletrônicas, mensagens eletrônicas e a telefonia.

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Os custos necessários para a elaboração dos trabalhos são sintetizados, segundo as rubricas próprias, no quadro abaixo:

6.1 - Plano de Aplicação:

Programa de trabalho /Projeto/Atividade	Fonte	Valor - R\$
10.512.2068.20AG.0001	151	R\$ 1.293.492,92
TOTAL		R\$ 1.293.492,92

6.2 - Memória de Cálculo:

Detalhamento do Orçamento por Rubrica		
Descrição	Natureza da Despesa	Valor - R\$
Material de consumo	33.90.30	9.400,00
Passagens	33.90.33	162.120,00
Diárias	33.90.14	109.032,00
Bolsa para pesquisadores	33.90.20	415.116,28
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.90.36	363.750,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39	134.200,00
Administração do projeto	33.90.39	64.674,64
Material permanente	44.90.52	35.200,00
Total		R\$ 1.293.492,92

6.3 - Cronograma de Desembolso:

Nº da Parcela	Mês da liberação	Valor - R\$ / %	Período de Execução
Primeira	Mês 01	R\$ 776.095,75 (60%)	8 meses
Segunda	Mês 09	R\$ 258.698,58 (20%)	4 meses
Terceira	Mês 13	R\$ 258.698,59 (20%)	6 meses
Total		R\$ 1.293.492,92 (100%)	18 meses



7. VIGÊNCIA

O período de vigência do presente Termo será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante assinatura de Termo Aditivo Simplificado.

8. DATA E ASSINATURAS

8.1 - Proposta – Gestão Receptora:

Belo Horizonte, 13 / 02 / 2015



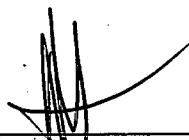
Jaime Arturo Ramirez

Reitor

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

8.2 - Aprovação – Gestão Repassadora:

Brasília/DF, 13 / 02 / 2015



Antonio Henrique de Carvalho Pires

Presidente

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA